

Relatório e Contas 2016



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Em cumprimento das políticas internas de boa governação, o CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP) apresenta o Relatório e Contas referentes ao ano 2016, acompanhado pelos Pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, bem como um breve resumo das principais realizações levadas a cabo pela organização no referido ano, de acordo com o Plano Anual, cujo referente é o Plano Estratégico (2014-2018).

Missão

Promover a integridade na esfera pública em Moçambique, através da denúncia da corrupção e de irregularidades, em geral, e da advocacia da consciencialização pública e a favor das boas práticas na gestão do bem comum.

Visão

Um país onde os agentes públicos e privados agem com integridade e probidade na esfera pública, contribuindo para uma gestão pública democrática, transparente e em conformidade com a lei.

Princípios Fundamentais Orientadores

As acções do CIP são orientados pela integridade, a transparência, a prevenção da corrupção e a boa governação.

Relatório Programático

O presente relatório espelha as actividades do CIP concernentes ao primeiro semestre do ano de 2016.

O ano de 2016 foi, entre outros, marcado pela instabilidade política iniciada em 2015, acentuada em 2016 com ataques armados a acontecerem um pouco por todo o país. Todas as províncias da região centro têm registado actividades militares que resultaram em refugiados moçambicanos no Malawi mas o estatuto destes concidadãos foi politizado e inadequadamente tratado pelas autoridades governamentais.

A seca que assolou a região sul do país foi um problema real que, apesar da sua magnitude e impacto, não teve a devida atenção por parte do governo, em parte, por causa dos problemas de governação que este enfrenta. Estes problemas (de governação) são de dois níveis. Primeiro, a má gestão macroeconómica do novo governo, agravada por uma conjuntura internacional não favorável.

O governo faltou à verdade, em muitos momentos, na sua relação com os parceiros e em relação à sociedade moçambicana. Faltou transparência na forma como o governo geriu este dossier. Isto agravou a perda de confiança, tendo resultado na imediata suspensão de todos os desembolsos pelos parceiros de cooperação. O FMI foi o que mais se sentiu traído, primeiro pela contração das dívidas e, segundo, pela gestão do dossier, porque tinha feito um grande exercício para catapultar a imagem pública internacional de Moçambique, com a realização, entre outros, da conferência Africa Rising (29-30, Maio de 2014).

Apesar destes constrangimentos é bastante positivo o trabalho realizado por cada pilar que a seguir se apresenta.

O relatório é constituído por 2 blocos, sendo o primeiro programático e o segundo referente à administração e finanças.

1. Indústria Extrativa

O ano de 2016 foi marcado pela queda dos preços das matérias-primas a nível do mercado internacional, com impacto directo no sector extractivo em Moçambique, particularmente na componente de investimentos nas operações e nos projectos sociais implementados junto das comunidades, no quadro das obrigações contratuais das empresas. Em 2016, o Governo aprovou o plano de desenvolvimento do

projecto de exploração de gás natural a ser implementado pela multinacional italiana Eni, com a decisão final de investimentos a ser tomada em Dezembro de 2016. Contrariamente ao esperado, não houve grandes avanços no projecto da Anadarko cuja expectativa era que submetesse o seu plano de desenvolvimento até finais do primeiro semestre de 2016. O governo, através do Instituto Nacional de Petróleo (INP), lançou o concurso para a utilização da quota do gás doméstico a que o governo tem direito ao abrigo da lei de petróleos nos projetos da bacia de Rovuma. Enquanto isso, a nível do sector mineiro, as empresas que exploram carvão em Tete paralisaram as suas actividades de extracção do recurso, focando-se, apenas, na exportação do carvão conservado nos seus quintais. Esta situação resultou em despedimentos, cancelamento de contratos de prestação de serviços e na redução dos impostos pagos ao Estado. Depois da divulgação de novas dívidas ocultas e devido ao espectro de insegurança marcada por ataques de representantes da sociedade civil e académicos, o PIERN reestruturou as suas actividades, tendo retirado todas as actividades cuja realização implicava a deslocação às províncias e distritos.

2. Finanças Públicas

O trabalho do Pilar das Receitas e Despesas Públicas (PRDP) incide sobre as receitas e despesas do Estado a todos os níveis de governo e de administração pública em que o Orçamento do Estado (OE) é o objecto central do pilar, visto na perspectiva de finanças públicas no geral. A monitoria orçamental e análise à Conta Geral do Estado bem assim como a análise das contas das entidades

públicas (e.g., empresas públicas, autarquias locais) estiveram no centro das actividades do semestre. A monitoria da qualidade de serviços medidos contra a despesa pública (e.g., no sector da Saúde e Educação) foi também uma importante componente do pilar. Das actividades planificadas para o ano de 2016 foram realizadas as seguintes: 1 Continuidade do rastreio da despesa pública no sector da Educação nas províncias de Cabo Delgado, Manica e Gaza, com enfoque no período de 2010-2014, em colaboração com parceiros provinciais. A instabilidade política não permitiu a recolha de dados em alguns distritos da província de Zambézia, Cabo Delgado e Manica. O pilar decidiu prosseguir com a análise do que já se tinha recolhido inicialmente e vai implicar uma redução na amostra e publicar um relatório de 7 distritos correspondentes a 3 províncias das 5 planificadas. As análises no sector permitiram produzir as seguintes notas: “Escolas do Estado: Reprovações em Massa, Massificação da Culpa e Desperdício das Finanças Públicas” (Junho de 2016) “São Ilegais as Medidas Contra Professores e Trabalhadores da Educação que Engravidam Alunas” (Junho de 2016). No âmbito do Health Partners Group (HPG), o CIP definiu como prioridade o seguimento dos resultados das duas grandes pesquisas na área de disponibilidade de medicamentos na rede pública e do funcionamento da cadeia logística de medicamentos. Assim sendo, foi realizada uma apresentação sobre quais são as dinâmicas que o CIP estaria a observar no decurso das reformas apresentadas no ano passado como resultado da publicação das análises e do debate público.

3. Parcerias Público Privadas

Este pilar tem como objectivo a monitoria da operacionalização das Parcerias Público-Privadas no país, com enfoque nos casos de conflito de interesses, em que, muitas vezes, se encontram os dirigentes públicos. É igualmente objectivo do pilar a monitoria de casos de tráfico de influências nos negócios públicos, exercido pelas elites políticas, transformando as PPP em instrumento para a promoção de negócios privados em prejuízo do interesse público. O ano de 2016 foi caracterizado por debate público centrado na temática da dívida pública e seus impactos, entretanto, era importante que o CIP não perdesse de vista outras políticas públicas e decisões importantes do Governo fora da temática da dívida pública. Uma destas áreas é a da governação das Parcerias Público-Privadas e empresas públicas, o centro do trabalho do Pilar. Assim, em 2016, foram realizadas diversas actividades de pesquisa e análise, entre planificadas e outras não planificadas.

Foi realizada uma investigação sobre a negociação para a concessão do gasoduto Palma-Gauteng, destinado ao escoamento do gás da bacia do Rovuma para o mercado nacional e da África do Sul, que envolve o Estado moçambicano, através da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), empresas internacionais e o sector privado nacional. A investigação permitiu apurar o envolvimento de altas figuras da hierarquia do Estado e do partido Frelimo no negócio¹.

¹ <http://www.cip.org.mz/index.php/pt/industria-extractiva/8-gasoduto-palma-gauteng-profin-consulting-sa-e-empresa-da-familia-chipande>.

Este estudo avalia os primeiros cinco anos de implementação do sistema electrónico de desembaraço aduaneiro, Janela Única Electrónica (JUE), concessionado à Mozambique Network Community (MCNet), em formato de PPP. O estudo concluiu que a JUE está a ser mal conduzida, desde o processo que levou à sua concessão à MCNet até à sua implementação, desvirtuando, assim, os propósitos da sua criação e comprometendo a arrecadação de receitas

4. Anticorrupção e Instituições Democráticas de Controle e Quadro Regulador

No primeiro semestre foram realizadas diversas actividades de pesquisa e análise, entre planificadas e outras não planificadas, que incluem:

Foi produzido um texto analítico sobre a necessidade de criação de entidades reguladoras nos sectores económicos onde ainda não existem (p.ex: Electricidade, Medicamentos, etc.) com o título: “Quadro Legal e Institucional das Entidades Reguladoras Deve Ser Revisto Urgentemente”; Acompanhamento do desempenho do Instituto Nacional de Aviação Civil até a sua transformação em Alta Autoridade da Aviação Civil - ARAC; Foi produzido um guia explicativo resumido sobre as actividades, funções e competências das entidades reguladoras existentes em Moçambique.

Foram produzidos vários textos sobre o desempenho do GCCC, designadamente: Combate à corrupção carece de Medidas Preventivas; Por que o Gabinete Central de Combate à Corrupção Não Publica Estatísticas; Os Exemplos das Operações “Lavo Jacto” e

“Marquês” e a Inação do Ministério Público; Ministério Público Está à Deriva; Discurso da Procuradora-Geral da República Demonstra Ineficácia do Ministério Público; Os Desafios da Nova Liderança da Autoridade Tributária no Combate à Corrupção; Comissão Central de Ética Pública Termina Mandato Sem Resultados Satisfatórios; Banco de Moçambique Revela Indícios de Branqueamento de Capitais Sem Apresentar Provas; Combate ao Desvio de Fundos Públicos Carece de Medidas Complementares; Informação Anual do Procurador - Geral da República - “Muita Parra e Pouca Uva”.

5. Áreas Transversais

5.1 Jornalismo Investigativo

O pilar transversal de Jornalismo Investigativo contribuiu na investigação dos assuntos de relevância para o público, mas cujos factos não são do conhecimento geral, tais sejam as nuances dos conflitos de interesses empresariais. Sobre Conflitos de Interesses - ao longo de 2016 foram levadas a cabo actividades de monitoria dos conflitos de interesse dos membros do actual governo, como também de outros órgãos da administração do Estado. Foram produzidos dois artigos que versavam sobre estas matérias e cujo objectivo principal era o de expor as situações claras de conflitos de interesse em que os visados se encontravam. Os artigos tiveram divulgação a nível dos media, tendo sido reproduzidos por parte de alguns jornais. O resultado imediato desta actividade consistiu no embaraço público dos visados, porém, o mesmo não resultou em medidas concretas por parte da Comissão Central de Ética Pública, órgão competente para o efeito. Paralelamente a esta actividade, foram

realizadas actualizações da Base de Dados de Interesses Empresariais, produto do CIP que é uma das principais ferramentas de exposição de conflitos de interesses por parte dos titulares de cargos públicos. **Dívida Pública**-Quando foram divulgadas as primeiras notícias sobre o escândalo relacionado com as dívidas escondidas (EMATUM, PROINDICUS, MAM) a área de jornalismo investigativo, tal como os outros pilares do CIP, reorientaram o seu foco, procurando trazer mais elementos sobre este assunto tão vital para a vida dos moçambicanos. Deste modo foram produzidos dois artigos que versavam sobre a questão da dívida pública. Estes artigos foram reproduzidos nos jornais locais, como também foram noticiados nas rádios DW e RDP África. Esta actividade pode ter contribuído para forçar o governo a prestar contas aos moçambicanos através da convocação da conferência de imprensa para o esclarecimento dos contornos da dívida, como também para a ida ao parlamento. Ainda ao longo do primeiro semestre, o CIP, através da área do jornalismo, concebeu um spot publicitário explicativo sobre as implicações das dívidas escondidas na capacidade do Estado de prestar serviços nos sectores sociais. Este vídeo foi publicado no website do CIP, no Facebook e no Whatsapp. No Facebook este vídeo alcançou 376 650 pessoas, tendo tido mais de 175 mil visualizações e 1642 partilhas. Apesar de não ter sido possível passar o vídeo nos canais televisivos do país, devido ao banimento a que o vídeo foi alvo, consideramos que a sua divulgação a nível das redes sociais foi um sucesso.

6. Iniciativas em Parceria

A Agenda Nacional para Negócios com Integridade (BICA, sigla em inglês) foi desenvolvida em parceria com a Transparência Internacional, desde 2015. Em Fevereiro de 2016 foi feito o lançamento público do relatório da BICA que identifica os principais desafios da integridade dos negócios em Moçambique e apresenta um conjunto de recomendações para uma acção colectiva em prol duma maior integridade e dum melhor ambiente de negócios. O relatório indica não só que o país tem uma forte legislação anti-corrupção como também aponta que há um reconhecimento dos efeitos danosos da corrupção na economia e sociedade. Aponta, no entanto, desafios estruturais que obstroem o desenvolvimento dos negócios com integridade, tais como: um sector empresarial herdado da economia planificada, com fracas práticas de gestão e forte influência política; o Estado como centro da economia e, com isso, poucas transacções B2B; empresas com fortes desafios para a sobrevivência, o que resulta em reduzidos incentivos para abraçar a integridade nos negócios – o relatório aponta a falta de aplicação do quadro legal e de incentivos estruturais por parte do empresariado para a adesão voluntária às várias iniciativas de códigos de conduta e de ética desenvolvidas por associações empresariais, aliás o principal factor que impede o desenvolvimento de negócios com integridade no país.

7. Administração e Finanças

7.1 Gestão de Recursos Humanos

O ano de 2016 foi caracterizado pela melhoria, cada vez mais acentuada, na implementação e consolidação dos instrumentos de governação

interna e de recursos humanos. Em termos gerais, o CIP conta presentemente com um total de 16 colaboradores, sendo 10 na Área Programática e 6 na Área Administrativa e Financeira. A partir de Fevereiro deste ano, o CIP conta com um colaborador expatriado, recrutado no âmbito da parceria com CIM-GIZ (Alemanha).

Em termos de governação, a primeira nota vai para os órgãos sociais, nomeadamente a Assembleia-geral que se reuniu duas vezes 14 Relatório Anual 2016 em 2016, em sessões ordinárias, conforme previsto nos estatutos e o papel interventivo do núcleo de conselheiros, particularmente, na área programática. A segunda nota vai para a consolidação do sistema de reuniões mensais tanto do CODIR como de todo o staff. Semanalmente, ocorrem as reuniões dos pilares, dirigidas pelos respectivos Coordenadores.

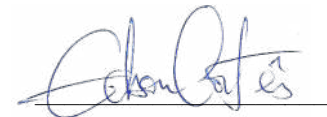
7.2 Desenvolvimento Institucional

Para além da capacitação dos recursos humanos – acima referida – a tónica do desenvolvimento institucional foi para o revamp da página web e sistema de e-mails, este último orientado para a segurança das comunicações por e-mail usando o domínio do CIP. Em resposta ao ambiente político hostil ao trabalho do CIP houve a necessidade de reforço de segurança do escritório através da substituição dos guardas individuais por uma empresa profissional de segurança, a Arke. Ainda no contexto do desenvolvimento institucional, o CIP passou a publicar na página web uma declaração de interesses dos membros do CODIR, da Assembleia Geral e Conselheiros.

A direcção do CIP aproveita a oportunidade para agradecer aos parceiros pelo apoio

prestado ao longo do ano de 2017, pois foi graças a esse apoio que o CIP alcançou os resultados apresentados neste relatório.

O Conselho de Direcção



Edson Cortês

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ano findo a 31 de Dezembro de 2016

(Expresso em Dólares Americanos)

| Descrição | Orçamento | Realizado | Variação (%) | V. numérica |
|--|------------------|------------------|--------------|-----------------|
| Receitas | | | | |
| Fundos Recebidos | | | | |
| Cooperação Suíça | 736 648 | 991 242 | 135% | (254 594) |
| Embaixada da Dinamarca | 300 000 | 296 526 | 99% | 3 474 |
| Embaixada da Noruega | 250 000 | 243 961 | 98% | 6 039 |
| OXFAM NOVIB (AGIR) | 534 683 | 530 050 | 99% | 4 633 |
| IBIS | 34 653 | 34 653 | 100% | - |
| DFID | 353 954 | 124 752 | 35% | 229 202 |
| FUNDAÇÃO MASC | 30 000 | 30 000 | 100% | - |
| EMBAIXADA DOS PAISES BAIXOS | 109 508 | 109 508 | 100% | - |
| Outras Receitas | | | | |
| Diferenças cambiais favoráveis | - | 44 113 | | (44 113) |
| | 2 349 446 | 2 404 806 | 102% | (55 360) |
| Despesas | | | | |
| Material de Escritório e Consumíveis | 16 822 | 16 754 | 100% | 68 |
| Despesas Bancárias | 15 783 | 7 078 | 45% | 8 705 |
| Renda do Escritório | 49 448 | 47 329 | 96% | 2 119 |
| Segurança do Escritório | 49 056 | 47 337 | 96% | 1 720 |
| Comunicações, Assistência Informática e Página web | 79 000 | 78 974 | 100% | 26 |
| Água e Electricidade | 3 733 | 2 419 | 65% | 1 314 |
| Manutenção & Reparação do Escritório | 5 025 | 2 017 | 40% | 3 008 |
| Comb., Lubrificantes & Manu. & Rep. | 11 219 | 10 895 | 97% | 324 |
| Seguro de Viaturas | 4 000 | 1 564 | 39% | 2 436 |
| Subscrições | 5 000 | 1 213 | 24% | 3 787 |
| Auditoria Externa | 20 000 | 19 890 | 99% | 110 |
| Salários&Encargos & Benefícios | 619 500 | 661 593 | 107% | (42 093) |
| Subsídio de Comunicações | 4 950 | 2 488 | 50% | 2 462 |
| Subsídio de Combustível | 9 863 | 3 343 | 34% | 6 520 |
| Serviços Externos | 7 000 | 2 955 | 42% | 4 045 |
| Desenvolvimento Institucional | 100 000 | 109 368 | 109% | (9 368) |
| Viagens Internacionais | 55 000 | 54 044 | 98% | 956 |
| Custos Administrativos | 1 055 399 | 1 069 260 | 101% | (13 861) |
| Despesas e Receitas Publicas | 281 000 | 306 885 | 109% | (25 885) |
| Industria Extractiva | 197 000 | 199 843 | 101% | (2 843) |
| Parcerias Publico Privadas | 163 000 | 166 019 | 102% | (3 019) |
| Instituições Democráticas de Controlo e Quadro regulador | 183 000 | 197 265 | 108% | (14 268) |
| Jornalismo Investigativo | 121 381 | 131 934 | 109% | (10 553) |
| Projecto Mais Vida | 301 733 | 298 775 | 99% | 2 958 |
| Projecto BICA | 53 124 | 57 964 | 109% | (4 840) |
| Conclusão do estudo anti corrupção | 113 000 | 107 471 | 95% | 5 529 |
| Pesquisa | 45 000 | 46 250 | 103% | (1 250) |
| Seminário: Corrupção e Justiça Criminal | 80 082 | 85 159 | 106% | (5 077) |
| Maquetiz. e Layout de Estud. do CIP | 25 000 | 23 107 | 92% | 1 893 |
| Programa de Transparência | 109 508 | 58 050 | 53% | 51 458 |
| Projecto MASC | 30 000 | - | - | 30 000 |
| Diferenças cambiais desfavoráveis | - | 43 246 | | (43 246) |
| Despesas com Programas | 1 702 828 | 1 721 968 | 101% | (19 140) |
| Total de Despesas | 2 758 227 | 2 791 228 | 101% | (33 002) |
| Excesso de Receitas/Despesas | (408 780) | (386 422) | | |

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Ano findo a 31 de Dezembro de 2016

(Expresso em Dólares Americanos)

| Descrição | Notas | USD | USD |
|---|-------|-----------|----------|
| | | 31.12.16 | 31.12.15 |
| Saldo inicial | | 596 624 | 204 684 |
| Devolução ao doador | | - | (2 881) |
| (Défice) /Excesso de Receitas/Despesas | | (386 422) | 394 821 |
| Saldo final | | 210 202 | 596 624 |
| <i>Representado por:</i> | | | |
| Caixa | 3 | 14 | 15 |
| Depositos a Ordem (Standard Bank) - MZM | 3 | 3 431 | 50 981 |
| Depositos a Ordem (Standard Bank) - USD | 3 | 244 182 | 595 662 |
| Adiantamento concedidos | - | - | 2 221 |
| Devedores Trabalhadores | 4 | 2 088 | - |
| Credores | 5 | (39 513) | (52 255) |
| | | 210 202 | 596 624 |

(d) Transacções em moeda estrangeira e nacional

A moeda de referência para o registo das transacções é o Dólar americano. As transacções efectuadas em moeda nacional são convertidas para esta moeda ao câmbio da data da transacção, de acordo com os boletins do Standard bank. As diferenças cambiais favoráveis e desfavoráveis são reflectidas nas contas de resultados no período de ocorrência.

3. Saldos bancários a 31 de Dezembro de 2016

| Banco | Conta no. | Moeda | Valor origem | USD |
|-----------------------|---------------|-------|--------------|-----------------------|
| Standard Bank, S.A. | 1135631061024 | USD | 244 342 | 244 182 |
| Standard Bank, S.A. | 1135631061008 | MZN | 241 847 | 3 431 |
| | | | | <u>247 612</u> |
| Caixa | | | | <u>14</u> |
| Caixa e Bancos | | | | <u>247 626</u> |

4. Devedores trabalhadores

A rubrica "Devedores trabalhadores" se refere aos fundos colocados a disposição dos colaboradores a título de adiantamento salarial e que não foram reembolsados por dois colaboradores até ao mês de Dezembro de 2016.

| Descrição | 31.12.16 | 31.12.15 |
|-------------------------|--------------|----------|
| Devedores trabalhadores | <u>2 088</u> | <u>-</u> |
| | <u>2 088</u> | <u>-</u> |

5. Credor Estado

A rubrica Credor Estado corresponde aos impostos sobre rendimentos profissionais e a contribuição ao INSS referentes ao mês de Dezembro de 2016.

| Descrição | 31.12.16 | 31.12.15 |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Rendimentos Profissionais | <u>7 203</u> | <u>23 794</u> |
| Rendimentos Prediais | <u>2 109</u> | <u>-</u> |
| Rendimentos de Trabalho Dependente | <u>24 011</u> | <u>22 097</u> |
| Contribuições ao INSS | <u>6 189</u> | <u>6 365</u> |
| | <u>39 513</u> | <u>52 255</u> |

6. Financiamento

| Descrição | 31.12.16 | 31.12.15 |
|------------------------|------------------|------------------|
| SDC | <u>991 242</u> | <u>812 480</u> |
| Norway | <u>243 961</u> | <u>185 150</u> |
| Oxfam Novib (AGIR) | <u>530 050</u> | <u>555 865</u> |
| IBIS | <u>34 653</u> | <u>150 000</u> |
| Embaixada da Dinamarca | <u>296 526</u> | <u>613 365</u> |
| Embaixada da Holanda | <u>109 508</u> | <u>-</u> |
| DFID | <u>124 752</u> | <u>476 850</u> |
| Fundação MASC | <u>30 000</u> | <u>-</u> |
| | <u>2 360 693</u> | <u>2 793 710</u> |

7. Outras receitas

| Descrição | 31.12.16 | 31.12.15 |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Diferenças cambiais favoráveis | 44 113 | 16 511 |
| | <u>44 113</u> | <u>16 511</u> |

8. Custos com o pessoal

| Descrição | 31.12.16 | 31.12.15 |
|--------------------------|----------------|----------------|
| Salários & encargos | 661 593 | 696 898 |
| Subsídio de comunicações | 2 488 | 3 583 |
| Subsídio de combustível | 3 343 | 6 248 |
| | <u>667 424</u> | <u>706 729</u> |

9. Fornecimento e serviços de terceiros

| Descrição | 31.12.16 | 31.12.15 |
|--|----------------|----------------|
| Material de escritório e consumíveis | 16 754 | 14 469 |
| Despesas bancárias | 7 078 | 4 614 |
| Renda do escritório | 47 329 | 51 222 |
| Segurança do escritório | 47 337 | 10 436 |
| Comunicações | 78 974 | 28 374 |
| Água e electricidade | 2 419 | 2 363 |
| Manutenção & reparação do escritório | 2 017 | 2 875 |
| Combustíveis, lubrificantes & manutenção & reparação de viaturas | 10 895 | 10 366 |
| Seguro de viaturas | 1 564 | 2 512 |
| Subscrições | 1 213 | 1 081 |
| Auditoria externa | 19 890 | 17 550 |
| Serviços externos | 2 955 | 4 820 |
| Transversal1: Desenvolvimento Institucional | 109 368 | 97 360 |
| Viagens Internacional | 54 044 | - |
| | <u>401 836</u> | <u>248 041</u> |

10. Despesa com Programas

| Descrição | 31.12.16 | 31.12.15 |
|--|------------------|------------------|
| Despesas e receitas públicas | 306 885 | 316 694 |
| Indústria extractive | 199 843 | 242 727 |
| Parcerias públicas – privadas | 166 019 | 194 047 |
| Instituições democráticas de controlo e quadro regulador | 197 265 | 172 682 |
| Anticorrupção | 107 471 | 199 033 |
| Jornalismo Investigativo | 131 934 | 144 126 |
| Projecto Mais Vida | 298 775 | 99 926 |
| Projecto BICA | 57 964 | 111 496 |
| Seminário Corrupção e Justiça | 85 159 | - |
| Comemoração Nacional dos 10 anos do CIP | - | 18 997 |
| Maquetizacao e Lay Out de Estudos do CIP | 23 107 | - |
| Programa de Transp Prest contas na Exploracao RN em Cabo Delgado | 58 050 | - |
| Pesquisa | 46 250 | - |
| | <u>1 678 722</u> | <u>1 499 728</u> |

11. Custos e perdas financeiras

| Descrição | 31.12.16 | 31.12.15 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Diferenças cambiais desfavoráveis | 43 246 | 25 753 |
| | <u>43 246</u> | <u>25 753</u> |

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento do disposto nas alíneas A e B do artigo 17 dos Estatutos, examinamos o relatório de gestão da Direcção e as contas do período 1.01.2016 a 31.12.2016, compreendendo estas a Execução Orçamental e a posição Financeira do Centro de Integridade Pública.

A Posição Financeira é representada por USD 210.202 e verificou-se um excesso das despesas sobre as receitas.

De acordo com as disposições estatutárias, o Conselho Fiscal procedeu a duas reuniões trimestrais, no âmbito da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da evolução do Centro de Integridade Pública, quer no tocante à sua situação financeira, quer ao desenrolar das actividades programáticas, bem como sobre os processos administrativos.

No exercício das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou ao longo deste semestre as actividades desenvolvidas pelo CIP e manteve contactos regulares com vista a obter informação de suporte dos valores constantes dos registos contabilísticos, tendo obtido as

informações e esclarecimentos considerados necessários.

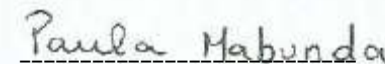
Da verificação efectuada aos documentos que serviram de base para os registos contabilísticos e da análise efectuada ao relatório financeiro, o Conselho Fiscal é da opinião que os mesmos satisfazem de um modo geral, as disposições legais e estatutárias e concorda com as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- Se aprove a Execução Orçamental e a posição Financeira do Centro de Integridade Pública que vos são apresentadas.

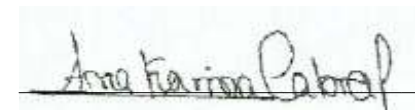
O Conselho Fiscal expressa o seu agradecimento, pela colaboração dispensada, ao Conselho de Direcção, aos diversos responsáveis e demais colaboradores da organização com quem teve a oportunidade de contactar.

Maputo, 12 de Janeiro de 2017



Paula Mabunda

Vogal



Ana Karina Cabral

Presidente

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

"Joint Funding Arrangement"

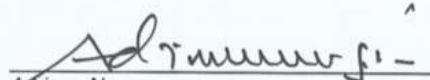
A responsabilidade pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira bem como a preparação dos diversos demonstrativos que integram o presente relatório, em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceites, aplicados de forma consistente entre os exercícios, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, é da administração da Mabeco, Centro de Integridade Pública (CIP).

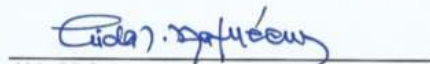
As demonstrações financeiras foram auditadas pelo auditor independente Deloitte & Touche (Moçambique), Lda, aos quais foram disponibilizados todos os registos contabilísticos da Mabeco, Centro de Integridade Pública (CIP) "Joint Funding Arrangement" e respectiva documentação de suporte, assim como todos os contratos, acordos, actas e a correspondência relevante. A opinião do referido auditor independente está apresentada nas páginas 2 e 3.


As demonstrações financeiras constantes deste relatório, para o ano findo a 31 de Dezembro de 2016 foram preparadas pelo CIP em base de caixa e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em associações sem fins lucrativos, aplicados de forma consistente e suportadas por razoável e prudente juízo e estimativas.

A administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Este é concebido para assegurar uma razoável mas não absoluta certeza sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras e para salvaguardar adequadamente os activos da instituição. Os controlos internos são monitorados pela Direcção Executiva e pelos empregados da instituição com a necessária segregação de autoridade e funções. Procedimentos estão implementados para monitorar os controlos internos, identificar fraquezas materiais e implementar as adequadas acções correctivas.

As demonstrações financeiras, constantes das páginas 4 a 12 foram aprovadas pelo CIP em 16 de Janeiro de 2017 e assinadas pelos seus representantes:


Adriano Nuvunga
Director do CIP


Aida Mafúeua
Administrador do CIP


Lénine Daniel
Contabilista do CIP

Mabeko, Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Mabeko, Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP), para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2016, que compreendem a demonstração da posição financeira, a demonstração de recebimentos e pagamentos e demonstração da execução orçamental, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, conforme páginas 4 a 12.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a demonstração da posição financeira e a demonstração de recebimentos e pagamentos da Mabeko, Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP), para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, em conformidade com os princípios e critérios contabilísticos geralmente aceites em Associações sem fins lucrativos e o Memorando de Entendimento assinado com os respectivos financiadores do CIP.

Base de contabilidade

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para Nota 2 a) às Demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são preparadas para auxiliar o Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP) a providenciar demonstrações financeiras às Instituições de financiadores. Como resultado, as demonstrações financeiras podem ser adequadas para esta finalidade e não para fins legais.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM). Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM).

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Continuidade

Tal como referido nas notas anexas às demonstrações financeiras, a Entidade prepara as demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade. O pressuposto da continuidade implica que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter as actividades e que o órgão de gestão não tem intenção de cessar as actividades no curto prazo.

Com base no nosso trabalho, informamos que não temos conhecimento de qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade em continuar as suas actividades.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e a demonstração das receitas e pagamento de acordo com os princípios e critérios contabilísticos geralmente aceites em Associações sem fins lucrativos e o Memorando de Entendimento assinado com os respectivos financiadores;
- a elaboração do relatório de gestão e, se aplicável, do relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares;
- a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade, a posição financeira ou o desempenho da Entidade; e
- a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria que inclui a nossa opinião. Incluem-se nas nossas responsabilidades:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se as políticas contabilísticas adotadas são adequadas e a sua divulgação apropriada tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Maputo, 23 de Fevereiro de 2017

Deloitte & Touche (Moçambique), Lda
Representada por
Aneliya Nikolova
Partner

PARCEIROS:

